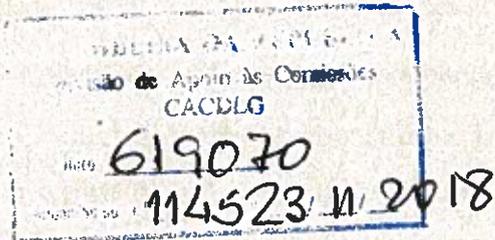


Aprovado ve recebido de
CAEDLG de 5/12/18, com
votos a favor de PSD, BE,
CDS/FP e PCP e a abstenção
de PS, na sessão de
FEV.


Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

Distribuição e agenda de


26/XII/2018



Exmo. Senhor Presidente da Comissão
Parlamentar de Assuntos Constitucionais,
Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Pedro Bacelar de Vasconcelos

S. Bento, 23 de novembro de 2018

Assunto: Audição do Senhor Ministro da Administração Interna sobre o dispositivo
policia na paralisação dos estivadores do porto Setubal

Senhor Presidente,

Cerca de 90% dos estivadores que operam no porto de Setúbal fazem-no em condições de absoluta precariedade. Sem contrato coletivo de trabalho, convocados por sms para trabalhar a cada dia, estão condenados a uma prática laboral que em tudo faz lembrar as antigas praças de jorna. Alguns trabalham nestas condições há mais de duas décadas.

A paralisação promovida pelos estivadores precários, que se junta à greve às horas extraordinárias convocada pelo sindicato, tornou evidente que, sem recurso a estes trabalhadores, o porto de Setúbal não tem condições para funcionar. Estes estivadores são, por isso, uma necessidade permanente ao desenvolvimento da atividade portuária em Setúbal.

A Operestiva, uma das empresas responsáveis pela contratação de trabalhadores para a estiva do Porto de Setúbal, tem recusado dialogar com os trabalhadores para encontrar uma plataforma de entendimento que respeite os direitos laborais, cumpra as exigências legais e permita a progressiva integração.

A juntar à indisponibilidade negocial da empresa, chegou na madrugada do dia 22 de novembro ao porto de Setúbal um navio com vista a carregar cerca de 2 mil carros produzidos na Wolkswagen Autoeuropa. A operação foi feita com recurso a trabalhadores externos para substituir os estivadores em luta e apresenta contornos de contratação ainda desconhecidos.

Sabe-se, através de um comunicado emitido pela Wolkswagen Autoeuropa, que “o planeamento do navio [...] teve por base uma solução para o embarque de veículos dada pelo governo e pelo operador logístico”. Ou seja, o Governo, através da Ministra do Mar, promoveu uma operação de substituição dos trabalhadores através de uma manobra de duvidosa legalidade, para os fazer substituir na estiva. Esta ação foi possível graças à forte presença de uma força policial que retirou do local os estivadores em protesto, as suas famílias e os deputados à Assembleia da República que estavam presentes no porto de Setúbal. Ao promover e dar cobertura a esta operação de duvidosa legalidade, mobilizando a polícia como se a esta coubessem funções de guarda de empresas privadas e das suas manobras, ao invés de promover uma solução para o conflito laboral, o governo coloca-se do lado problema.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera que o recurso à atuação da polícia para garantir, pela força, a entrada de trabalhadores substitutos no porto retirando eficácia à paralisação dos trabalhadores eventuais e à greve dos efetivos fere o direito democrático à greve assim como os direitos laborais destes trabalhadores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem requerer a audição do Senhor Ministro da Administração Interna para prestar ao parlamento os esclarecimentos que são devidos pela opção de recurso ao forte dispositivo policial no porto de Setúbal.

A Deputada e o Deputado do Bloco de Esquerda,

Sandra Cunha e José Manuel Pureza